

CAMPANHA SALARIAL/2018-2019

Patrões estão esperando o resultado das eleições

Trabalhadores devem votar com atenção; o momento é delicado

Na edição 823 do boletim Boca Quente, a diretoria do Sindividro alertou os trabalhadores e trabalhadoras para terem muito cuidado na hora de votar. Lembramos que o nosso voto tem consequências. E antes mesmo de irmos às urnas no segundo turno, já estamos sendo afetados pelo processo eleitoral do país.

A nossa data-base é 1º de novembro. A categoria aprovou as pautas de reivindicações e elas já foram protocoladas nos sindicatos patronais. No entanto, até o momento em que fechávamos esta edição, nenhum sinal de movimentação dos patrões para iniciarmos as negociações.

Este silêncio dos sindicatos patronais não chega a surpreender a diretoria do Sindividro. Eles vislumbram a

oportunidade histórica de reduzir a pó os nossos direitos. E ela se aproxima cada vez mais.

O atual líder nas pesquisas eleitorais, Jair Bolsonaro (PSL), tem discurso e propostas que são como música aos ouvidos dos patrões. Eles já são muito gratos ao candidato, pois, como deputado federal em quatro mandatos (27 anos no Congresso Nacional), ele votou a favor da reforma trabalhista, que retirou mais de cem direitos dos trabalhadores; deu voto favorável à lei da tercei-



rização, que flexibilizou direitos e rebaixou salários; e também votou a favor da PEC dos gastos públicos, que congelou por 20 anos os recursos para a saúde, a educação e a segurança.

E agora, na campanha, também afirma que o trabalhador terá que escolher: emprego sem direito ou direito sem emprego. Segundo ele, “não é possível atender as duas coisas”. A mais recente fala do candidato e do seu vice fez os patrões abrirem um sorriso de orelha a orelha: acabar com o 13º salário e a gratificação de férias.

Estes fatos ajudam a explicar o porquê de os patrões ainda não terem iniciado as negociações da nossa campanha salarial. Eles estão aguardando o resultado das eleições para decidir se vão ou não negociar a nossa pauta de reivindicações.

Inflação acumula 3,57% em onze meses

Campanha salarial, para o trabalhador, é sinônimo de reajuste salarial e reposição de perdas. A expectativa pelo aumento no salário é tão grande, que a categoria esquece até mesmo que as negociações envolvem outras coisas igualmente importantes, como segurança e higiene no local de trabalho.

A inflação acumulada no período compreendido entre 1º de novembro de 2017 e 30 de outubro de 2018, é o referencial para saber o tamanho do reajuste dos nossos salários. Até agora, em onze meses, ela está em 3,57%. Mas, este ainda não é o percentual definitivo. Falta acrescentar a ele a inflação do mês de outubro.

FIQUE SÓCIO DO SEU SINDICATO. VIRA E MEXE VOCÊ PRECISA DELE!

Denunciados pela CUT, deputados que traíram os trabalhadores não se reelegem

Dos 310 deputados denunciados pela CUT, 143 não voltarão ao Congresso

Os principais parlamentares dos partidos fiéis ao ilegítimo Michel Temer (MDB), que aprovaram medidas que tiraram direitos sociais e trabalhistas, como a reforma trabalhista, terceirização irrestrita, PEC do congelamento e entrega do Pré-Sal aos estrangeiros, foram rejeitados pelos eleitores nas urnas no primeiro turno, realizado no dia 7 de outubro. Dos 310 deputados traidores dos trabalhadores, denunciados pela campanha da CUT “Votou Não-Volta”, 143 não se reelegeram e não vão voltar para o Congresso Nacional nem para nenhum outro cargo.

Entre os políticos com histórico de boas votações em seus estados estão nomes como Eunício Oliveira (MDB-CE), presidente do Senado que já estava negociando cargo na mesa para 2019; Magno Malta (PR-ES), aliado de primeira hora do candidato de extrema-direita, Jair Bolsonaro (PSL); Romero Jucá (MDB-RO), articulador do golpe de 2016 e líder do governo de



Temer; Garibaldi Alves (MDB-RN); Armando Monteiro (PTB-PE), que disputou o governo do Estado em Pernambuco; e Ana Amélia (PP-RS), que foi candidata a vice na chapa de Geraldo Alckmin (PSDB-SP).

Já entre os deputados-empresários, ou que defendem os interesses patronais e, portanto, contam com mais recursos para suas campanhas, a não reeleição do deputado federal Rogério Marinho (PSDB-RN) foi uma surpresa. Ele foi relator da reforma trabalhista, que piorou o texto encaminhado por Michel Temer (MDB), aumentando a

quantidade de itens que retiraram direitos dos trabalhadores.

Outra surpresa foi a não reeleição de Arthur Maia (DEM-BA), relator da reforma da Previdência que a CUT e demais centrais sindicais conseguiram barrar depois de realizar a maior greve geral da história do país, em abril de 2017. Quem também ficou de fora do Congresso Nacional foi Mauro Mariani (MDB-SC), traidor da classe trabalhadora que tentou uma vaga no governo do Estado e não foi eleito.

Entre os rejeitados pelas urnas está também Ronaldo Nogueira (MDB-RS), que foi ministro do Trabalho de Temer e defendeu a reforma trabalhista, argumentando que era preciso modernizar e gerar emprego. Ele chegou até a organizar uma jornada com apoio de empresários e banqueiros para comemorar um ano da nova lei trabalhista, que precarizou as condições de trabalho no país e deixou a classe trabalhadora desprotegida.

O país tem 62 milhões de ‘negativados’

O número de inadimplentes no país chega a 62,4 milhões, segundo estimativa da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC). Esse número representa 40,6% da população acima de 18 anos. Em setembro, o total de pessoas com restrições ao CPF aumentou em 3,9% na comparação com igual mês de 2017. Em relação a agosto, ficou praticamente estável (-0,1%).

“O desemprego permanece elevado e a renda não superou os patamares anteriores à crise, prejudicando o orçamento e a capacidade de pagamento dos consumidores. Esse quadro só deve ser revertido com a melhora do mercado de trabalho, o que exige por



sua vez uma recuperação econômica mais vigorosa”, afirma o presidente da CNDL, José César da Costa.

De acordo com a pesquisa, mais da metade (52,7%) dos compromissos financeiros não quitados vem de bancos ou instituições financeiras. O comércio aparece em seguida, com 17,9% do total. As dívidas bancárias (cartão de

crédito, cheque especial e empréstimos) cresceram 8,5% em 12 meses, enquanto no comércio houve queda de 6,1% nos atrasos com crediário.

A inadimplência cresce mais entre a população mais velha. Segundo o levantamento, houve crescimento de 10% de devedores de 65 a 84 anos – são 5,4 milhões de pessoas. Entre negativados de 50 a 64 anos (12,9 milhões), a alta foi de 6,2% e na faixa de 40 a 49 anos (14 milhões), de 4,9%.

A maior parte dos inadimplentes (51,5%) se situa na faixa de 30 a 39 anos. São 17,7 milhões de pessoas. O levantamento mostra ainda 7,7 milhões no intervalo de 25 a 29 anos e 4,4 milhões de 18 a 24 anos.